



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A necessidade de material gráfico pela administração municipal é justificada por várias razões importantes, pois desempenha um papel essencial na comunicação, transparência e eficiência administrativa. Aqui estão algumas justificativas para essa necessidade:

Comunicação Institucional: Materiais gráficos, como panfletos, folders, faixas, banners, cartazes e folhetos, são ferramentas eficazes para comunicar informações importantes à comunidade local. Eles podem ser utilizados para divulgar eventos, programas governamentais, serviços públicos, campanhas de conscientização e outras informações relevantes.

Promoção de Serviços e Programas: A administração municipal pode utilizar materiais gráficos para promover serviços públicos, programas sociais, campanhas de saúde, educação e outros recursos disponíveis para os cidadãos. Isso ajuda a conscientizar a população sobre as iniciativas governamentais e a promover a participação ativa da sociedade.

Transparência e Prestação de Contas: A produção de material gráfico, como relatórios anuais, boletins informativos e balanços, contribui para a transparência e prestação de contas. Esses documentos visuais permitem que a administração compartilhe informações sobre realizações, gastos públicos e metas atingidas, demonstrando responsabilidade na gestão dos recursos.

Educação Cívica: Materiais gráficos podem ser utilizados para educar a população sobre seus direitos, deveres e responsabilidades cívicas. Guias informativos, cartilhas e material educativo contribuem para uma cidadania mais informada e engajada.

Campanhas de Conscientização: A administração municipal frequentemente lança campanhas de conscientização sobre questões importantes, como meio ambiente, segurança pública, saúde e educação. Materiais gráficos são ferramentas valiosas nessas campanhas, transmitindo mensagens de forma clara e impactante.

Sinalização Urbana: A aquisição de material gráfico inclui a produção de placas de



sinalização e direcionamento, que são essenciais para orientar os cidadãos e visitantes na cidade. Sinalizações adequadas melhoram a segurança viária e contribuem para uma melhor organização urbana.

Identidade Visual: A administração municipal pode desenvolver uma identidade visual consistente e reconhecível por meio de materiais gráficos. Logotipos, padrões visuais e elementos gráficos coesos fortalecem a marca da cidade e ajudam na construção de uma imagem institucional positiva.

Agilidade e Flexibilidade: Materiais gráficos podem ser produzidos rapidamente e adaptados conforme necessário. Isso permite que a administração responda prontamente a eventos, mudanças na legislação ou emergências, comunicando informações relevantes de maneira oportuna.

Em resumo, a aquisição de material gráfico pela administração municipal é vital para a comunicação eficaz, a transparência, a educação cívica e o fortalecimento da identidade institucional, contribuindo para uma gestão mais eficiente e uma relação mais próxima entre o governo e a comunidade local.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Considerando como parâmetro as contratações similares provenientes de outros órgãos consultados no portal de compras do Governo Federal as soluções que se apresentam frequentemente para solução da necessidade de materiais eminentemente gráficos para comunicação interna ou externa:

Solução 1 – Adesão a Atas de Registro de Preços de outros entes públicos. A contratação mediante adesão à ata de registro de preços (ARP) mostra-se uma opção temerária e inviável, tendo em vista a necessidade de itens personalizados pela Administração Municipal e que devem seguir um padrão estético e de dimensões conforme o que já está sendo utilizado pela

Administração Municipal.

Solução 2 - Aquisição de máquinas e equipamentos para produção própria. Sem dúvidas em uma cidade de grande porte a opção de produzir internamente seus materiais de comunicação visual e gráficos pode ser interessante, entretanto, devido ao baixo volume de produções é mais eficiente contratar empresas do ramo, devidamente especializada e com pessoal treinado para execução dos serviços e confecção dos produtos.

Solução 3 – Adesão através de procedimento ordinário de licitação – Pregão Eletrônico para contratação de empresa para fornecimento dos objetos. Esta solução segue o rito normal de procedimento licitatório, adequando-se às exigências editalícias peculiares deste Município. Sendo o mais eficaz a contratação através do sistema de Pregão Eletrônico, tendo em vista a incerteza com relação às quantidades necessárias de cada item.



Após análise do enquadramento ou não da atividade entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES, que o ramo de atividade correspondente permite a aplicação do regime do SIMPLES, nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Pretende-se realizar a licitação de Pregão Eletrônico, onde a disputa se dará item a item (de forma separada).

Neste caso o item que ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00 será dividido em cotas de até 25% para as empresas ME e EPP e 75% destinados para: Ampla Concorrência, os demais itens ficarão na cota exclusiva para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Com base nas quantidades adquiridas na última licitação (PE 90045/2024), foi necessário alterar algumas quantidades e rever alguns itens que foram contratados nas últimas licitações.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Tendo em vista o valor atualmente pago por cada um dos itens, prevê-se um valor máximo para o edital na ordem de R\$ 682.226,25 (seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

FASE DE ANÁLISE:			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
<input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
RISCO 1			
Descrição: Realização de planejamento ou dimensionamento incompleto ou impreciso.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Possível certame frustrado, atrasos na contratação devido a impugnações e possíveis alterações do edital ou contratações com empresas inaptas ao atendimento do objeto			
Ação Preventiva		Responsável	
O responsável pelo planejamento deve se atentar e utilizar às condições de aquisição e de pagamento semelhantes às do setor privado, bem como definir preços justos a fim de propiciar aos pretensos fornecedores condições adequadas para formulação das propostas.		Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.	
Ação de Contingência		Responsável	
Realizar levantamento de mercado adequado a fim de identificar a melhor forma execução dos serviços e os preços praticados.		Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.	
RISCO 2			
Descrição: Contratação que não atenda às exigências da Administração Pública.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Atraso, execução precária ou inexecução dos serviços solicitados.			
Ação Preventiva		Responsável	
Definição de quesitos mínimos de qualificação técnica como condição de habilitação		Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.	
Ação de Contingência		Responsável	
Caso o futuro contratado não atenda de forma adequada às necessidades de Administração deverão ser impostas as sanções previstas no edital e na legislação aplicável.		Fiscal do Contrato e Procuradoria Geral	
RISCO 3			
Descrição: Contratação que não atenda às normas legais para execução deste tipo de objeto.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta



Dano	
Multas dos órgãos fiscalizadores, impugnação ou até a anulação do edital	
Ação Preventiva	Responsável
Estabelecer como requisito de habilitação que a empresa deverá possuir o devido licenciamento ambiental para exploração da atividade.	Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.
Ação de Contingência	Responsável
Caso o futuro contratado não mantenha durante toda a execução do compromisso assumido todas as condições exigidas na fase de disputa aplicar-se-ão as sanções previstas no edital e na legislação aplicável	Fiscal do Contrato e Procuradoria Geral
RISCO 4	
Descrição: Contratação de empresa sem aptidão e experiência prática neste tipo de fornecimento.	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (<input checked="" type="checkbox"/>) Média () Alta
Dano	
Fornecimento com qualidade inferior, erros, atrasos e até mesmo inexecução contratual	
Ação Preventiva	Responsável
Estabelecer como requisito de habilitação que a empresa deverá apresentar atestados de capacidade técnica comprovante a experiência e aptidão para o fornecimento do objeto.	Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.
Ação de Contingência	Responsável
Caso o proponente não apresente o atestado será inabilitado. Em caso de apresentação de atestados de origem duvidosa far-se-á diligências afim de averiguar sua autenticidade.	Pregoeiros e Fiscal do Contrato.



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista a necessidade constante de materiais e serviços gráficos para as mais diversas finalidades, a Administração Municipal planeja a contratação de uma empresa, que seja devidamente licenciada pelos órgãos ambientais, para fornecimento destes objetos, sem ônus de entrega e/ou instalação dos serviços à Administração. Essa contratação deverá ocorrer através de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico. Prevê-se a contratação pelo período de doze meses, renováveis por igual período, desde que os preços sigam vantajosos ao erário.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe;

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com



os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que a contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999);

Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais); e

Instrução Normativa n. 6, de 27 de janeiro de 2022 (Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa no 13, de 23 de agosto de 2021).

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



Diante das análises acima consubstanciadas, pretende-se suprir as necessidades dos mais diversos materiais gráficos à todas as Secretarias Municipais através da contratação de empresa privada, com a confecção de itens sob demanda da Administração.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Fornecimento de bens de natureza comum.

Os serviços serão solicitados em longa escala, conforme a necessidade deste município, ou seja, as ordens de serviços serão emitidas de maneira parcelada, diante demanda.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Maycon Willian Bordin
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Sidnei Omar Roveda

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES****(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 8769, 8770, 8771, 8773, 8774, 8775, 8776, 8777, 8778, 8779, 8780, 8781, 8783, 8784, 8785, 8786, 8787, 8788, 8789, 8790, 8791, 8792, 8794, 8795, 8796, 8797, 8798, 8799, 8800, 8801, 8802, 8803, 8804, 8805, 8806, 8807, 8808, 8809, 8810, 8811, 8812, 8813, 8814, 8815, 8816, 8819, 8820, 8822, 8823, 8824, 8825, 8826, 8827, 8828, 8829, 8832, 8834, 8835, 8836, 8837, 8838, 8841, 8844, 8846, 8850;
- IV) Classe/Grupo: Artigos para escritório, acessórios e dispositivos para escritório, cartazes, mostruários e placas de identificação, distintivos e insígneas, formulários padronizados, impressos diversos, bandeiras, flamulas e pavilhões, bagagens, adesivos, artigos de plástico, itens diversos;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-147/2026.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- () Global
- () Lote(s) de Itens
- (X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (X) Bens e serviços comuns () Bens e serviços especiais
- () Serviço comum de engenharia () Serviço especial de Engenharia

Se trata de bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, é a aquisição de bens ou serviços que envolvem a produção de materiais impressos e outros produtos gráficos, que possuam características padronizadas e de fácil



acesso, com disponibilidade em larga escala.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresas para fornecimento de materiais gráficos.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (X) Pregão, (X) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP () Concurso
- () Leilão
- () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- () Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento) () Pré-Qualificação
- () Procedimento de Manifestação de Interesse.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Contratação Direta:

() Dispensa () com disputa () sem disputa () Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- (X) menor preço
() melhor técnica ou conteúdo artístico
() técnica e preço
() maior retorno econômico
() maior desconto
() maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- (x) Aberto
() Fechado
() Aberto e Fechado
() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- () SIM
(x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(X) Recursos Próprios () Recursos Estaduais () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 4 de maio de 2026.

Caetano Besson Fernandes
Chefe de Compras e Suprimentos